

Bresser admite pagamento simbólico

MOISÉS RABINOVICI
Nosso Correspondente

WASHINGTON — O ministro Bresser Pereira já “não está excluindo a hipótese de fazer um pagamento simbólico, meramente simbólico”, dos juros suspensos em fevereiro, como anunciou ontem, após encontrar-se com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker.

A condição que impõe para “um pequeno pagamento simbólico” é a de que os bancos avancem em suas negociações com o Brasil. O ministro não considera, porém, que isto, se acontecer, significará o final da moratória.

“Se os bancos negociarem bem conosco, nós não excluimos esta hipótese”, ele começou dizendo à imprensa, no saguão do FMI, após uma conversa telefônica com o presidente José Sarney na qual relatou seu encontro com o secretário James Baker, por não entre os dois, ao contrário da anterior, no começo do mês, foi considerada “muito cordial e boa”. O próprio secretário Baker o confirmaria, enquanto caminhava para o seu carro, saindo do prédio do FMI:

“O plano brasileiro merece consideração”, ele disse. Quando um repórter lhe perguntou, invadindo o seu carro, sobre o FMI, ele confirmou o que o ministro Bresser Pereira anunciara no dia anterior: “Já indiquei que o Brasil pode ir aos bancos sem o FMI. São assuntos separados”. E partiu assegurando que tivera “um bom encontro”. A última reunião dos dois, no começo do mês, foi o contrário, com a Secretaria do Tesouro divulgando uma nota oficial, unilateral, para esclarecer que o plano brasileiro, então apresentado, transformando metade da dívida em títulos de longo prazo, com deságio, era non starter.

O ministro Bresser Pereira não daria uma versão mais detalhada do encontro. O que seu porta-voz explicaria, mesmo antes que ele se encon-

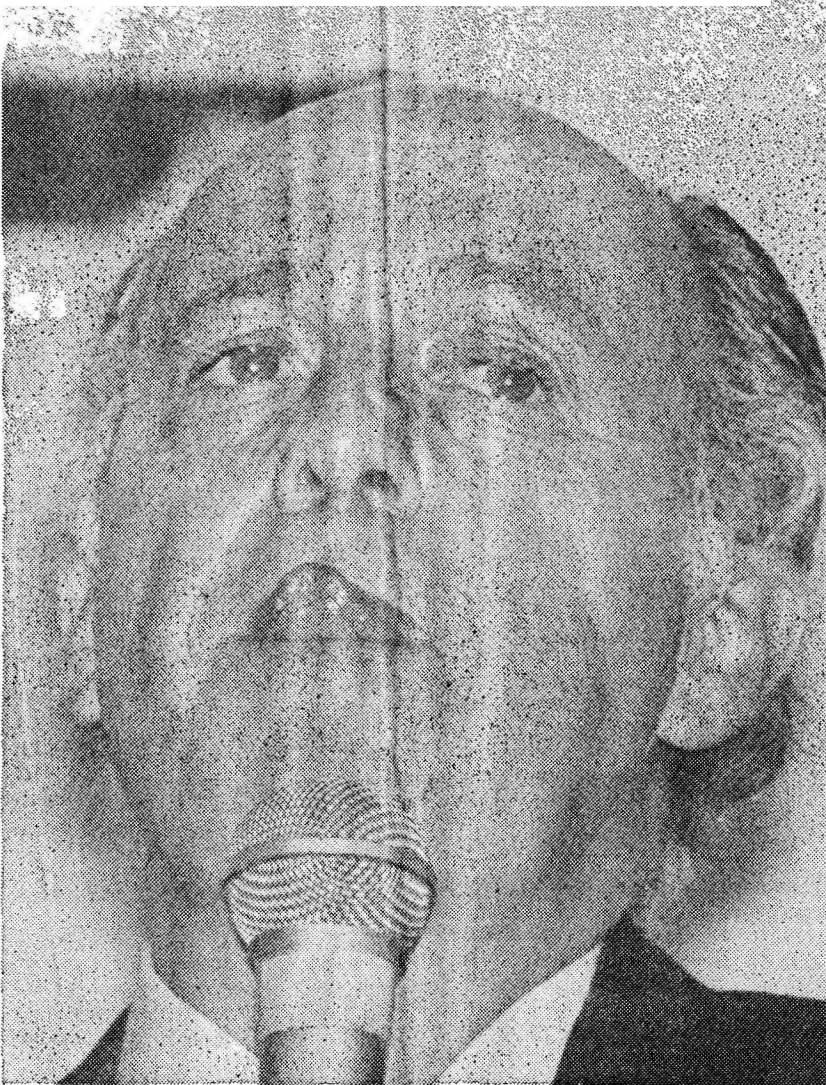
trasse com a imprensa, era de que os dois tinham combinado o que diriam publicamente. “A reunião com (o secretário James) Baker foi cordial, muito boa. Basicamente, ele disse que a nossa proposta era uma boa base para negociações. Claro que isso não quer dizer que ele esteja de acordo com a proposta. Mas acha que ela é uma boa base, e que as coisas estão começando bem.”

O assunto dominante no questionário ao ministro Bresser Pereira era o pagamento simbólico que os bancos credores há muito pediam, para livrá-los da reclassificação e rebaixamento da dívida brasileira, no dia 26 de outubro. E o ministro Bresser Pereira já admitia o princípio, mas sem fixar quantias nem datas. Num momento, porém, ele declarou que “se for para ser feito, só vale a pena antes do dia 26”.

Um jornal do Rio de Janeiro tinha antecipado, ontem, que um pagamento simbólico estava sendo considerado, e que giraria em torno de US\$ 500 milhões. Ele desmentiu que houvesse qualquer quantia em discussão: “Não, que que é isso? Não há nada decidido ainda. Eu nunca ouvi falar desse número”.

O ministro Bresser Pereira repetiu que sempre esteve em consideração a eventualidade de um pagamento simbólico. Agora, as reservas do Brasil permitiriam que a idéia avançasse, como moeda de troca nas negociações. “Avançam os bancos, avança o Brasil.”

Do encontro com o presidente do Banco Morgan, Lewis Preston, o ministro nada quis dizer. Mais tarde ele ainda se encontraria com o presidente do Bank of America e com os ministros da Economia da França e das Filipinas, e o ex-ministro Argentino, Aldo Ferrer. De manhã reuniu-se com empresários brasileiros, a quem explicou que “o Brasil está interessado num acordo com os bancos, mas que não o conseguirá correndo”. Aí, ele também disse que o maior problema enfrentado no dia da apresentação do plano de renegociação, na sexta-feira, foi o da divisão de encar-



Newton Aguiar - 18/9/87

Bresser impõe uma condição: que as negociações avancem

gos, ou como compartilhar a dívida entre os bancos comerciais e as agências multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris. E que o

grupo dos países industrializados concorda com “a idéia de que o dinheiro das agências oficiais é emprestado para investimentos, e não para o pagamento da dívida.